

APREN e APESF fundem-se para promover as energias renováveis

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis e a Associação Portuguesa de Empresas do Sector Solar Fotovoltaico fundem-se para desenvolver transversalmente o setor solar fotovoltaico em Portugal (de grande e pequena escala) no âmbito da transição climática rumo à descarbonização

A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) e a [Associação Portuguesa de Empresas do Sector Fotovoltaico \(APESF\)](#), duas associações empresariais portuguesas de defesa e promoção das energias renováveis, reúnem os seus esforços para representar o setor fotovoltaico, abraçando o nosso paradigma de um sistema energético cada vez mais integrado que exige um planeamento e funcionamento coordenados do sistema como um todo, envolvendo todos os diferentes vetores energéticos, infraestruturas e consumidores finais.

A APREN surgiu em 1988 com a missão de defesa dos produtores independentes de energias renováveis. Evoluiu, com o passar dos anos, face à necessidade de responder ao crescente desenvolvimento do setor em paralelo com o agravamento das alterações climáticas e respetivo desenvolvimento de políticas de sustentabilidade.

Assim, apesar de inicialmente a APREN representar pequenas centrais hídricas, que surgiram com a introdução da atividade de produção independente de energia elétrica estabelecida no Decreto-Lei n.º 189/88, de 27 de maio, rapidamente cresceu, incorporando um vasto portfolio de centrais electroprodutores de larga escala e passando, não só a representar a empresas de detentoras de centrais, mas todas as empresas que contribuem para a promoção do setor.

Já a APESF foi fundada em 2008 com a missão de promover exclusivamente o desenvolvimento e a dinamização do mercado da energia fotovoltaica em Portugal, que iniciava o seu crescimento com a introdução da microprodução de eletricidade estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 363/2007, de 2 de novembro, dedicada principalmente ao consumo próprio, que vinha estabelecer um novo paradigma de funcionamento do sistema elétrico com geração local através de unidades ligadas a pontos de consumo. Foi também expandindo com a evolução regulamentar e crescendo com o mercado da produção descentralizada.

As duas associações, trilharam o seu percurso, sempre a trabalhar em paralelo, mas com uma cooperação e diálogo estreito e permanente desde as respetivas fundações.

Com a crescente necessidade de mitigar os efeitos climáticos e adaptar em conformidade o sistema energético, que evoluiu, entretanto, para um modelo conectado, flexível e mais circular, cresceu a necessidade de uma visão mais holística e integrada, em que todos os vetores são interdependentes. Precisamente, em 2018, a Comissão Europeia apresentou a sua revisão do quadro de políticas energéticas com o pacote Energias Limpas para todos os Europeus com três objetivos principais: dar prioridade à eficiência energética, alcançar a liderança mundial em energia de fontes renováveis e estabelecer condições equitativas para os consumidores, como reconfiguração de mercado que permita a participação ativa da geração renovável de forma transparente e sem entraves nas suas várias dimensões e características.

Neste novo contexto, a APREN e ASPEF reconhecem a necessidade de unificar esforços e competências e seguir a dinâmica e nova visão de modelo energético, o que culminou com a sua fusão debaixo da chancela “APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis”.

Para mais informações contacte:

Diogo Carvalheda | diogo.carvalheda@apren.pt | +351 918 775 963

Sobre a APREN

A [Associação Portuguesa de Energias Renováveis \(APREN\)](#) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.